

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007855-54.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **EDUARDO SILVIO RODRIGUES**
Requerido: **MATHEUS HENRIQUE BASAGLIA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter comprado um automóvel do réu com a garantia de que estava em ordem.

Alegou ainda que quando o conduzia para casa ele deixou de funcionar, de sorte que almeja à condenação do réu ao pagamento da importância gasta no seu conserto.

Já o réu em contestação ressaltou que levou o automóvel a um mecânico na companhia do autor, detectando-se então um problema na bomba de óleo que demandaria cerca de duas horas para ser sanado.

Salientou que o autor, por pressa, não concordou com a alternativa e que a transação foi fechada com o abatimento do preço pedido.

A testemunha Flávio Silva Abreu confirmou que o automóvel foi encaminhado a um mecânico que não pode esclarecer com precisão as reais condições de seu motor, o que fez com que o autor desistisse do negócio.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Acrescentou que o réu insistiu muito, além de abaixar o preço que solicitara, chegando a afirmar que se responsabilizaria por eventual problema que surgisse.

Só então o autor concretizou a compra.

Já a testemunha Donizete Aparecido Panegaci esclareceu que o veículo lhe foi apresentado para que o examinasse, verificando a indicação de problemas de lubrificação porque a luz do óleo estava acesa.

Fez orientações quanto ao risco do deslocamento de Ibitinga para São Carlos e que demoraria cerca de duas horas para fornecer um diagnóstico preciso, mas as partes foram embora.

Por fim, no áudio amealhado ocorre uma conversa entre o autor e o réu, tendo o último afirmado que o primeiro sabia do problema do motor, correspondendo à causa do abatimento de R\$ 500,00 no preço que pedira inicialmente.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Com efeito, positivou-se de um lado que o autor antes mesmo de consumir a transação tinha ciência do problema do motor do veículo não definido com segurança e, de outro, que a compra se implementou mediante a garantia de que o réu faria frente a eventuais reparos necessários.

Significa dizer que o autor assumiu o risco de adquirir automóvel que sabidamente não estava em perfeito estado, quando deveria ter previamente ter propiciado o seu exame completo por profissional habilitado.

Em contrapartida, ficou patenteado que o réu de igual modo contribuiu para a eclosão dos acontecimentos quando garantiu que ajudaria ou arcaria (tal aspecto não ficou delineado com clareza) com o que fosse preciso para o reparo, sem que a cumprisse posteriormente.

Diante desse cenário, entendo que a melhor opção para a solução do litígio será a de fazer com que cada parte arque com a metade do que foi desembolsado para a recuperação do automóvel (aí incluídos os gastos com o seu transporte – fl. 09), porquanto assim se respeitará a incúria de cada qual.

Em consequência, e à míngua de impugnação consistente aos documentos ofertados pelo autor, caberá ao réu o pagamento de R\$ 1.882,80.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.882,80, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2018 (época de elaboração do documento de fl. 08), e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 12 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**